



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 639126 - SC (2021/0004777-7)

RELATOR : MINISTRO JOÃO OTÁVIO DE NORONHA
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
DANIEL DEGGAU BASTOS - SC030139
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA
PACIENTE : JULIANO MEDEIROS VIEIRA (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de JULIANO MEDEIROS VIEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA (Agravado de Execução Penal n. 5010802-97.2020.8.24.0075/SC).

A impetrante sustenta a ausência de fundamentação suficiente para justificar o indeferimento da remição de 52 dias de pena do paciente pela aprovação parcial no ENCCEJA referente ao ensino fundamental, em evidente violação da Recomendação CNJ n. 44/2013.

Requer, liminarmente, a remição de 52 dias de pena em razão da aprovação parcial no ENCCEJA. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmado o pleito sumário.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão, uma vez que a decisão atacada foi exarada de forma fundamentada.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.
Brasília, 12 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente